

**DESIGUALDADES ENTRECruzADAS:
ESTEREÓTIPOS E HIERARQUIAS DE RAÇA, GÊNERO E SEXUALIDADE**

QUAIS OS PRECONCEITOS ALIMENTADOS SOBRE OS CORPOS E A SEXUALIDADE DAS PESSOAS NEGRAS?
 QUAIS OS ESTEREÓTIPOS SOBRE O CORPO DA MULHER NEGRA E COMO ESTES GERAM DISCRIMINAÇÕES QUE PREJUDICAM O ACESSO A DIREITOS E A OPORTUNIDADES?
 COMO SE CONSTRUIU HISTÓRICA E CIENTIFICAMENTE AS DISTINÇÕES/OPOSIÇÕES ENTRE O CORPO E A SEXUALIDADE DA MULHER NEGRA E DA MULHER BRANCA?
 QUAIS AÇÕES ESTÃO EM CURSO PARA REVERTER ESTE QUADRO?

Existe uma representação secular que aproxima africanos/as e seus/suas descendentes da selvageria. Nesta aproximação foram reproduzidas ideias de sexualidade exacerbada associada à bestialidade. No transcurso da história, a sexualidade dos/as africanos/as e de seus descendentes nas Américas tem sido denotada a partir de referenciais essencialistas que a caracterizam, ora pelas aberrações genitais e sexuais (Comaroff, 1993; Gilman, 1985), ora pelas proezas eróticas e pelo exotismo. Através desta perspectiva, fazer referência à sexualidade de pessoas negras significa falar de modelos generalizados que se relacionam a pensamentos *androcêntricos*, brancos e hegemônicos por meio dos quais se manifestam mecanismos de poder, marginalização, discriminação e dominação.

Na invenção desse corpo negro, o estereótipo da sexualidade exacerbada (além do estereótipo da languidez e da preguiça) conformou o eixo da visão moral sobre negros e negras.

Os estereótipos sobre a sexualidade das pessoas negras como seres *dionisíacos* mantém relação com uma forma particular de posicioná-los hierarquicamente na ordem racial. O corpo africano é um corpo inventado, criado em resposta a interesses hegemônicos, identificados com base na ideia de inferioridade, a qual se concretizou com os discursos da biologia e seu sofisticado desenvolvimento de sistemas classificatórios, como se verá no Módulo 3 – Políticas Públicas, Raça e Etnia.

Na invenção desse corpo negro, o estereótipo da sexualidade exacerbada (além do estereótipo da languidez e da preguiça) conformou o eixo da visão moral sobre negros e negras que acompanhou a colonização tanto no Brasil, como em diversos países nas Américas que viveram o regime escravocrata. De acordo com esta ideologia colonial, o objetivo de conter a sexualidade e “domesticar” os corpos de negros e negras foi um mecanismo para colocá-los a serviço dos amos e das senhoras. O controle colonial em face do direito da vivência sexual dos homens em cativo, juntamente com o uso do corpo das mulheres para atender às demandas sexuais dos amos e cumprir com as funções reprodutivas, foram marcas

O controle colonial em face do direito da vivência sexual dos homens em cativo, juntamente com o uso do corpo das mulheres para atender às demandas sexuais dos amos e cumprir com as funções reprodutivas, foram marcas sociais importantes que resultaram na coisificação dos corpos para fins práticos (Moreno Fraginals, 1977) e na desconfiguração das famílias negras (Schwartz, 1988; Mattos de Castro, 1995).

sociais importantes que resultaram na coisificação dos corpos para fins práticos (Moreno Fragnals, 1977) e na desconfiguração das famílias negras (Schwartz, 1988; Mattos de Castro, 1995).

Devido ao imaginário erótico que o corpo da mulher negra representava, era visto como perigoso já que, por um lado, ele era concebido como um potencial transmissor de doenças venéreas aos brancos (como podemos ler nos trabalhos de Gilberto Freyre) e, por outro, podia ser justamente uma forma de exercer resistência e alcançar meios de ascensão social para sua prole.

Diversos/as autores/as têm enfatizado a atração erótica que as mulheres negras despertavam nos homens brancos (Ortiz, 1951; Jaramillo Uribe, 1972; Freyre, 1973). Alguns assinalam também que existiram casos em que o encontro sexual se caracterizava pela violência (Jaramillo Uribe, 1972). Devido ao imaginário erótico que o corpo da mulher negra representava, era visto como perigoso já que, por um lado, ele era concebido como um potencial transmissor de doenças venéreas aos brancos (como podemos ler nos trabalhos de Gilberto Freyre) e, por outro, podia ser justamente uma forma de exercer resistência e alcançar meios de ascensão social para sua prole.

A historiadora Inírida Morales (2003: 55) explica que, durante o século XVIII, a Igreja Católica universalizou o arquétipo de Maria como o modelo exemplar de mulher, em detrimento da imagem da Eva “pecadora”. Este antagonismo fortaleceu a prática de limitar a autonomia das mulheres, subordinando-as à ordem patriarcal vigente naquele período. A autora comenta:

O emprego do arquétipo de Maria como estratégia de subordinação do gênero feminino afetou de maneira mais radical as mulheres negras, devido à necessidade de controlar qualquer expressão de autonomia que pudesse induzi-las à liberdade do regime escravista e a tentativas de independência diante do domínio colonial (Morales, 2003: 55).

A ideia da promiscuidade dos africanos, africanas e seus/suas descendentes no Brasil colonial aparece na afirmação do Padre Benci em 1700: “nenhuma nação era mais inclinada e entregue aos vícios que a dos pretos” (Benci, 1977: 178 apud Fígari, 2004: 5).

Gilberto Freyre chama a atenção para a crença existente na época acerca da sexualidade “ilimitada” das mulheres negras e mulatas, possuidoras de “um tipo anormal de superexcitação genésica” (Freyre, 1973: 372).

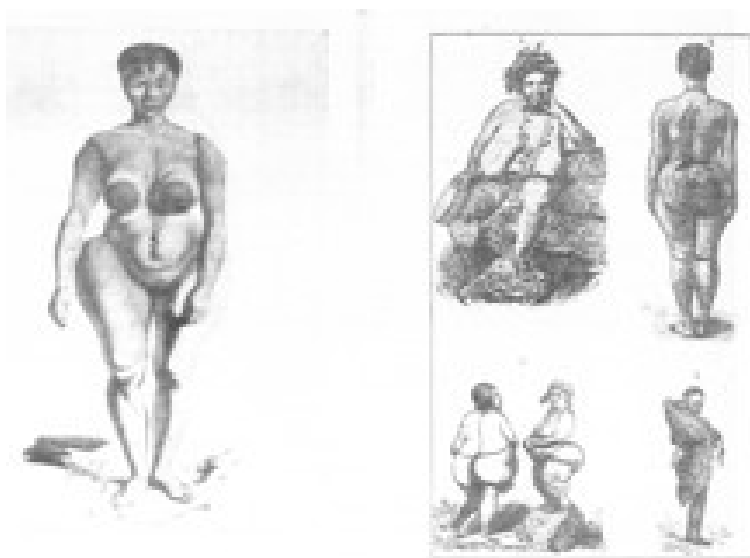
Nos séculos XVIII e XIX, a oposição entre a sexualidade da mulher negra e a sexualidade da mulher branca alcançou uma nova dimensão quando o discurso científico fez juízo de valor a respeito da sexualidade da mulher negra (Gilman, 1985). Os cientistas da época identificaram o corpo das mulheres negras com a **VÊNUS HOTTENTOT**, analisando-o como “aberrante”, de características descomuns, com órgãos sexuais mais desenvolvidos que os dos brancos. A representação da luxúria na Vênus Hottentot aparecia

A representação da luxúria na Vênus Hottentot aparecia na imagem que esses pensadores construíram de sua fisiologia, fisionomia e forma da sua genitália, sinalizada como algo inerentemente oposta à da mulher branca.

na imagem que esses pensadores construíram de sua fisiologia, fisionomia e forma da sua genitália, sinalizada como algo inerentemente oposta à da mulher branca. Estas concepções do primitivismo genital e sexual das mulheres negras aparecem retratadas ainda nas imagens de **CESARE LOMBROSO**, o grande criminalista italiano do século XIX, como provas ou características da tendência da mulher negra à delinquência, à prostituição e ao concubinato.

VÊNUS HOTTENTOT

Veja algumas representações da Vênus Hottentot:



1. Saartje Baartman, The Hottentot Venus. From Geoffrey SaintHilaire and Frédéric Cuvier, Histoire naturelle des mammiferes avec des figures originales [Paris: A. Berlin, 1824] apud Gilman, Sander. Difference and Pathology, 1985. p. 86.
2. Steatopygia in black females. From Cesare Lombroso and Guillaume Ferraro. La donna delinquente. [1893] Citado em Gilman, Sander. 1985. Difference and Pathology. Pag: 87.

GÊNERO E SEXUALIDADE NA PRODUÇÃO DE DESIGUALDADES: ATIVIDADE X PASSIVIDADE

Percebe-se que os estereótipos sobre os povos africanos e seus descendentes, ao serem classificados de bárbaros hipersexuais, manifestam-se ainda nos dias de hoje. O estereótipo sexual deve ser pensado como um fenômeno sociocultural, que gera, entre outras, a discriminação étnico-racial.

Imagem veiculada na mídia, em cinema, novelas, mensagens publicitárias e pornografia expressa a estrutura fetichista das representações da masculinidade negra. Ao mesmo tempo em que se projetam fantasias raciais e sexuais explícitas, cria-se uma ideia do corpo negro como encarnação da alteridade e da diferença.

CESARE LOMBROSO (1835-1909)

Médico, cirurgião e cientista italiano. Ficou conhecido por suas teorias de antropologia criminal. Sua teoria desenvolvida no livro *O homem delinquente* (1876) foi formulada com base em autópsias de delinquentes e em análises de delinquentes vivos. Segundo Lombroso, havia relação entre as características físicas dos indivíduos e sua capacidade mental e propensões morais. Ele apontava as seguintes características corporais do homem delinquente: mandíbulas grandes, ossos da face salientes, pele escura, orelhas chapadas, braços compridos, rugas precoces, testa pequena e estreita. Outras marcas, não-físicas, seriam a epilepsia, o “homossexualismo” e a prática de tatuagem. Apesar de inconsistentes, suas ideias preconceituosas e racistas tiveram ampla repercussão no mundo, especialmente entre policiais, juízes e juristas.

Do mesmo modo que ao final do século XIX a genitália das mulheres negras era representada com tamanhos e características desproporcionais e aberrantes, na atualidade continua a ser atribuído tamanho “descomunal” aos genitais dos homens negros. Esta imagem veiculada na mídia, em cinema, novelas, mensagens publicitárias e pornografia expressa a estrutura fetichista das representações da masculinidade negra. Ao mesmo tempo em que se projetam fantasias raciais e sexuais explícitas, cria-se uma ideia do corpo negro como encarnação da alteridade e da diferença.

No caso das mulheres negras, o estigma da luxúria excessiva leva-as a serem percebidas em diversos âmbitos como mulheres “fáceis”, que cedem a propostas sexuais sem maiores ressalvas, que não desejam ser tratadas com carinho e respeito durante o cortejo ou a paquera, e que não são destinadas ao papel de esposas, que está reservado às mulheres

“recatadas”, isto é, as brancas (Congolino, 2006; Viveros, 2008).

Estes ideários sobre seu aparente “apetite sexual inato” é também um mecanismo de localizá-las hierarquicamente na ordem sociorracial.

As mulheres negras têm sido vítimas do duplo aspecto, sexual e conjugal, do estereótipo que existe sobre elas com base em uma suposta disponibilidade e desenfreamento sexual e como mulheres cuja sexualidade não envolve consequências conjugais, já que, segundo o censo comum, as mulheres negras não se casam, mas se unem (Viveros, 2008: 253).

No caso das mulheres negras, o estigma da luxúria excessiva leva-as a serem percebidas em diversos âmbitos como mulheres “fáceis”, que cedem a propostas sexuais sem maiores ressalvas, que não desejam ser tratadas com carinho e respeito durante o cortejo ou a paquera, e que não são destinadas ao papel de esposas, que está reservado às mulheres “recatadas”, isto é, as brancas (Congolino, 2006; Viveros, 2008).

Nesses estereótipos a sexualidade e a raça aparecem imbricadas, da mesma forma que os processos de racialização das mulheres e dos homens negros têm sido objeto de análise de diferentes pesquisadores/as em diversos contextos de tradição colonial (Stolcke, 1989; Díaz Benítez, 2005; Bastide, 1970; Moutinho, 2004).

A defesa dos direitos humanos supõe uma postura política e ética na qual todos/as têm igualmente o direito de ser respeitados/as e tratados/as com dignidade, independentemente da cor, do gênero, da orientação sexual, da origem etc.

Para o imaginário ocidental, o sexo tem se convertido em um dos rasgos que definem o fato de ser negro/a. As alusões às pessoas negras estão dotadas de qualidades físicas, destinando-as a se destacarem especificamente nos âmbitos da dança, do esporte e da sexualidade, numa evidente expressão do racismo. Nosso desafio, como gestores/as, lideranças, militantes, é desnaturalizar essa diferença que gera opressão e dificulta o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres negras.¹

DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO EM CONTEXTO DE DESIGUALDADE SOCIAL E ÉTNICO-RACIAL

O olhar que lançamos às diferenças existentes entre nós, sejam elas de pertencimento a determinada classe social, gênero, raça, etnia ou orientação sexual, entre outras, é cultural e socialmente determinado. A defesa dos direitos humanos supõe uma postura política e ética na qual todos/as têm igualmente o direito de ser respeitados/as e tratados/as com dignidade, independentemente da cor, do gênero, da orientação sexual, da origem etc. Tais diferenças, como se tem insistido neste curso, produzem desigualdades que não podem ser atribuídas à natureza e à biologia, mas sim ao processo de socialização que define e transmite papéis, comportamentos e padrões.

a “desvantagem” relativa do gênero em uma sociedade machista pode ser neutralizada pela classificação de raça/etnia e/ou pelo pertencimento a uma classe social considerada superior.

As diferenças e todas as formas de classificação interagem simultaneamente no mundo social, fazendo com que certos entrecruzamentos sejam objeto de tratamentos menos igualitários do que outros. Assim, se um determinado indivíduo é homem, negro e de classe popular, receberá um tipo de avaliação distinto daquele de uma mulher branca e de classe alta. Este exemplo assinala que a “desvantagem” relativa do gênero em uma sociedade machista pode ser neutralizada pela classificação de raça/etnia e/ou pelo pertencimento a uma classe social considerada superior.

Num país de dimensões continentais como o Brasil, rico em diversidade cultural, com imensas desigualdades sociais em razão da distribuição de renda extremamente assimétrica, o quadro social torna-se bastante complexo, exigindo políticas públicas criativas e focalizadas. As desigualdades de gênero e de raça/etnia produzem-se em meio a profundas diferenças regionais e a **TRADIÇÕES CULTURAIS** distintas.

–

1. Sobre esta temática, ver entrevista da feminista negra peruana Rocío Muñoz no site do CLAM: <http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate= BR&inford=6182&sid=7> Acesso em 26/03/2010.

“Nordestino, gaúcho, amazonense, caboclo, indígena” possuem regras sociais e moralidades que estabelecem os costumes locais e a inserção da mulher em uma dada cultura .

Além de lutarem contra a exclusão social que as atinge, muitas mulheres têm que enfrentar preconceitos e superar dificuldades advindas da posição social subordinada que ocupam em relação à posição dos homens, independentemente de sua condição socioeconômica. Além de administrarem o cotidiano doméstico e disputarem vagas no mercado de trabalho, elas precisam ainda conquistar legitimidade e respeito social tanto em casa, perante o companheiro, quanto na comunidade em que vivem. A situação de pobreza e de discriminação étnico-racial agrava, porém, esta realidade. As mulheres pobres, sobretudo as negras, possuem menos acesso ao mundo público, suportam a sobrecarga de trabalhos domésticos e têm menores oportunidades de realizar sonhos que as conduzam à emancipação financeira ou social.

As mulheres pobres, sobretudo as negras, possuem menos acesso ao mundo público, suportam a sobrecarga de trabalhos domésticos e têm menores oportunidades de realizar sonhos que as conduzam à emancipação financeira ou social.

Se agregarmos ainda a dimensão geracional, é possível que – sem uma boa formação escolar e sem possibilidades próximas e concretas de adiamento da decisão da maternidade – meninas e jovens refaçam a trajetória de suas mães e estejam mais expostas ao risco da gravidez não prevista e à “escolha precoce” da maternidade como forma de serem reconhecidas e respeitadas em sua comunidade. Uma maneira de intervir publicamente neste roteiro é ampliando os programas de acesso à contracepção, que atualmente não incluem de forma sistemática a assistência às adolescentes ou às mulheres que não são mães, e a oferta de políticas públicas focalizadas, para que as mulheres contem com ações, projetos e programas eficazes para a superação das dificuldades abordadas neste curso.

TRADIÇÕES CULTURAIS

A MULHER NA LITERATURA DE CORDEL

A literatura de cordel é uma das manifestações da cultura popular do Nordeste. Veja o que escreve sobre isto a pesquisadora Maria Lindamir Aguiar Barros no artigo “A mulher na literatura de Cordel”: “A figura feminina é um tema recorrente em toda a literatura ocidental, e na literatura de cordel ela é descrita ora como moça casadoira, ora como donzela, ora como prostituta ou doméstica. Um vasto continente de personagens femininas desfila pelas trovas, mas, na maioria, são senhoras e senhoritas aparentemente recatadas, mães ou mulheres submissas, voltadas para o trabalho doméstico, destinadas à procriação”.

BARROS, M.L.A. A mulher na literatura de Cordel. In: ANDREU, S. & SANCHES, K. P.G. Aprendendo a ler e escrever textos, 8ª série. Curitiba: Nova Didática, 2004.

GLOSSÁRIO

Androcêntrico – posturas, estudos, análises, investigações, narrações e propostas construídos a partir de uma perspectiva exclusivamente masculina, que depois são generalizados para homens e mulheres.

Dionisíaco – relativo a Dioniso, deus grego dos ciclos vitais, da alegria e do vinho, chamado Baco entre os romanos; natureza agitada, arrebatada, desinibida; instintivo, espontâneo.

DIFERENÇAS DE GÊNERO NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA VIDA PRIVADA

Vimos como a reprodução biológica exerce considerável influência na divisão sexual do trabalho e na estruturação dos lugares sociais ocupados por homens e mulheres. Às mulheres cabe gestar, parir, criar os filhos e realizar serviços de manutenção doméstica que lhes são atribuídos como se fosse algo natural. Os homens tradicionalmente se voltaram para o provimento da casa, ou seja, para a mediação entre o mundo privado e o público.

Este modo de organização da família implica também uma hierarquia moral que estabelece posições sociais, deveres e obrigações próprias a cada um, conforme a inserção de gênero e de geração.

O fato de as mulheres poderem ter uma vida sexual e escolher ser ou não mães, planejar a ocasião da maternidade, espaçá-la, decidir o número desejável de filho teve um substantivo impacto em suas vidas. Assim, elas puderam organizar melhor o fluxo da vida cotidiana familiar e passar a ter novas aspirações não restritas à vida doméstica e ao cuidado com a prole.

Este modo de organização da família implica também uma hierarquia moral que estabelece posições sociais, deveres e obrigações próprias a cada um, conforme a inserção de gênero e de geração. Nesse sentido, os homens mais velhos são aqueles que devem ser mais respeitados pelos demais. Eles podem ser os maridos ou pais e, na ausência destes, os filhos ou irmãos mais velhos a quem se espera que as mulheres obedeçam. Este modelo tem se perpetuado por séculos.

Na linha das mudanças no espaço privado é preciso retomar aqui, novamente, a conquista feminina de regular a sua fecundidade de maneira mais eficiente, isto é, o número de filhos que deseja ter e o espaço entre o nascimento deles. O aparecimento da pílula anticoncepcional, na segunda metade do século XX, possibilitou às mulheres controlarem sua reprodução e fazerem da maternidade algo não compulsório. Tal possibilidade permitiu dissociar a atividade sexual da reprodução, com muitas transformações sociais daí decorrentes. O fato de as mulheres poderem ter uma vida sexual e escolher ser ou não mães, planejar a ocasião da maternidade, espaçá-la, decidir o número desejável de filho teve um substantivo impacto em suas vidas. Assim, elas puderam organizar melhor o fluxo da vida cotidiana familiar e passar a ter novas aspirações não restritas à vida doméstica e ao cuidado com a prole.

Infelizmente, esses direitos não estão acessíveis a todas as mulheres, o que dificulta ou impede o enfrentamento da hierarquia de gênero. As razões podem ser restrições financeiras, de conhecimento ou acesso aos serviços de saúde, de subjugação ao companheiro, marido ou namorado, em razão da dominação masculina.

Outro exemplo das mudanças havidas nas relações de gênero no âmbito da vida privada pode ser dado na escolha do parceiro para o casamento. Essa escolha deixou de ser um acordo entre pais e mães interessados/as na união de suas famílias e permitiu que moças e rapazes passassem a exercer o livre arbítrio.

No entanto, sabe-se que tal escolha é também socialmente determinada, havendo forte chance de se eleger um parceiro ou uma parceira entre iguais, ou seja, de inserção social e estilo de vida semelhante.

O modo como cada cultura constrói o gênero irá definir um determinado padrão de organização das representações e das práticas sociais no mundo público (rua) e na vida privada (casa), estabelecendo lugares distintos para homens e mulheres e uma dinâmica peculiar entre ambos.

Transformações societárias vêm tornando cada vez menos expressivo o modelo tradicional de família no qual a mulher se ocupa exclusivamente da casa, e o homem, do provimento material. Embora as mulheres tenham conquistado expressivo espaço no mercado de trabalho, a participação dos homens nas decisões e nas obrigações referentes à vida doméstica não se faz na mesma proporção, deixando às mulheres a difícil tarefa de conciliar família e emprego. Vemos de forma preponderante o enraizamento da desigualdade de gênero na divisão das tarefas da casa.

É atribuída à disposição, ao talento, ao gosto das mulheres ocuparem-se das atividades domésticas, como prova de feminilidade ou afeto para com os membros da casa. Este trabalho gratuito é concebido como parte da “natureza feminina”.

Apesar de as mulheres terem crescente participação nos rendimentos domésticos, o domínio do cuidado com o lar e com os seus membros é percebido como responsabilidade feminina. Os homens casados/unidos, que agora contam com a contribuição de suas esposas para o rendimento comum da unidade doméstica, não transferem parte do seu tempo para o cuidado com a esfera privada (Sorj et al., 2007), perpetuando-se a hierarquia de gênero. Uma das características desta

desigualdade é a sua naturalização. É atribuída à disposição, ao talento, ao gosto das mulheres ocuparem-se das atividades domésticas, como prova de feminilidade ou afeto para com os membros da casa. Este trabalho gratuito é concebido como parte da “natureza feminina”. Esta é uma visão antiquada e tem sido objeto de reivindicações em várias partes do mundo para que tal distorção seja corrigida.

A socióloga canadense Andrée Roberge (1987: 61-62) define serviços domésticos como aqueles que compreendem a produção ou a transformação secundária de bens de consumo e a realização de atividades associadas à subsistência e à manutenção do lar/abrigo e de seus dependentes Assim, lavar, passar, cuidar de crianças ou idosos, limpar e arrumar a casa, cozinhar ou esquentar refeições, gerenciar as tarefas, definir seu ritmo, frequência, sequência e supervisão, comprar alimentos e acondicioná-los são rotinas necessárias para que as casas funcionem e o bem-estar dos residentes esteja assegurado.

Embora as mulheres tenham conquistado expressivo espaço no mercado de trabalho, a participação dos homens nas decisões e nas obrigações referentes à vida doméstica não se faz na mesma proporção, deixando às mulheres a difícil tarefa de conciliar família e emprego.

(...) lavar, passar, cuidar de crianças ou idosos, limpar e arrumar a casa, cozinhar ou esquentar refeições, gerenciar as tarefas, definir seu ritmo, frequência, sequência e supervisão, comprar alimentos e acondicioná-los são rotinas necessárias para que as casas funcionem e o bem-estar dos residentes esteja assegurado.

As mulheres de classes sociais favorecidas do Brasil e de muitos países da América Latina têm como diminuir essa dupla jornada de trabalho, transferindo para as empregadas domésticas grande parte da carga de trabalho físico e mental que a manutenção da moradia comporta. Dois elementos devem ser olhados a partir destes dados: a) apesar de contarem com o trabalho doméstico de outras mulheres, nem por isso estão livres dos encargos do lar, pois a gerência dessas trabalhadoras recai sempre sobre as figuras femininas; b) o trabalho doméstico na maioria das famílias brasileiras é desenvolvido por mulheres negras sem garantias trabalhistas, acirrando as desigualdades de gênero e raça.

(...) observa-se o desenvolvimento de políticas públicas que apoiam a conciliação de trabalho e família, atenuando os efeitos negativos das transformações sobre a igualdade de gênero.

Pesquisadoras/es feministas têm se dedicado a analisar como as diferentes sociedades têm lidado com as demandas competitivas entre trabalho remunerado e cuidados familiares. Há diversas soluções. Em muitos países industrializados, particularmente no norte da Europa, observa-se o desenvolvimento de políticas públicas que apoiam a conciliação de trabalho e família, atenuando os efeitos negativos das transformações sobre a igualdade de gênero. Em outros, como nos Estados Unidos,

o governo desempenha um papel mínimo no suporte às famílias, perpetuando a crença de que os cuidados com a família são um assunto privado e sobretudo afeito às mulheres (Sorj et al., 2007). No Brasil, o baixo desenvolvimento de serviços coletivos que possibilitem socializar os custos dos cuidados com a família penaliza a quantidade e a qualidade da inserção feminina no mercado de trabalho, especialmente das mães das classes menos favorecidas economicamente.

Há três tipos de políticas públicas mais disseminadas nos países desenvolvidos que favorecem a conciliação de trabalho e cuidados familiares. Há variações significativas no grau de cobertura que oferecem aos/às cidadãos/ãs e na capacidade de neutralizar as desigualdades de gênero (Gornick & Meyers, 2003 apud Sorj et al., 2007):

As políticas públicas são insuficientes e pouco abrangentes para possibilitar a socialização dos custos dos cuidados familiares. Assim, os cuidados com a família continuam recaindo sobre as mulheres, sem distinção de classe, cor ou raça.

1) Licenças do trabalho para cuidar dos/as filhos/as, sem perda do emprego e com a manutenção do salário ou de outros tipos de benefícios monetários equivalentes;

2) Regulação do tempo do trabalho, o que permite aos/às pais/mães reduzirem ou realocarem as horas de trabalho quando as necessidades de cuidados com os/as filhos/as são mais prementes, sem custos econômicos e para o desenvolvimento da carreira profissional;

3) Acesso a creches, pré-escolas e escolas em tempo integral como um arranjo alternativo para o cuidado dos/as filhos/as quando os/as pais/mães estão no local de trabalho.

Considerando-se esta tipologia sobre políticas públicas, pode-se avaliar que no Brasil a temática da conciliação entre trabalho e família desfruta de fraca legitimação social e política. As políticas públicas são insuficientes e pouco abrangentes para possibilitar a socialização dos custos dos cuidados familiares. Assim, os cuidados com a família continuam recaindo sobre as mulheres, sem distinção de classe, cor ou raça.

A DOMINAÇÃO MASCULINA

Por dominação masculina entende-se o exercício do poder pelos homens sobre as mulheres. É um conceito proposto pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002), considerado um dos intelectuais mais influentes de sua época. Em A dominação masculina, Bourdieu (1999) levanta explicitamente a questão da hierarquia sexual, lembrando a necessidade de uma ação coletiva de resistência feminina com o objetivo de impor reformas jurídicas e políticas capazes de alterar o estado atual da relação de forças – material e simbólica – entre os sexos.

Bourdieu convoca as mulheres a realizarem uma ação política capaz de abalar as instituições vigentes, estatais ou jurídicas que contribuem para eternizar sua subordinação. (...) chama a atenção para aquilo que designa de “violência simbólica”, a violência sutil e invisível em relação às suas próprias vítimas

O autor convoca as mulheres a realizarem uma ação política capaz de abalar as instituições vigentes, estatais ou jurídicas que contribuem para eternizar sua subordinação. Em especial, chama a atenção para aquilo que designa de “violência simbólica”, a violência sutil e invisível em relação às suas próprias vítimas, que se exerce por vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento. Este trabalho de **PIERRE BOURDIEU** mereceu, entretanto, severas críticas da parte de pesquisadoras feministas francesas, por ele também ter exercido a dominação masculina. Afinal, ele ignora que antes de seu livro, escrito no começo dos anos 1990, já havia uma sólida reflexão de autoras mulheres sobre o assunto, às quais ele não dá voz, nem reconhecimento.

O “MACHISMO LATINO” E O IDEAL DE HONRA NA CRIAÇÃO DE HIERARQUIAS DE GÊNERO

É possível pensar em uma “cultura latina” apesar da diversidade existente entre os países?
Quais as características do “machismo latino”?

No senso comum, entende-se por machismo latino o prestígio e extremado poder masculinos, cujo exercício está no controle da moral e da conduta femininas. Embora reconheçamos a diversidade presente na América Latina, propomos pensar na existência de uma linha que aproxima os países deste continente quanto aos papéis diferenciados de gênero e à organização da moral que os caracteriza. Segundo a tradição antropológica, essa configuração cultural tem sido denominada de

PIERRE BOURDIEU

Mais de duas décadas antes de o filósofo francês Pierre Bourdieu (1930-2002) formular a teoria da dominação masculina, uma longa tradição de pesquisadoras francesas tratava de relações sociais de sexo (*rappports sociaux de sexe*). Este conceito manteve-se em voga na tradição intelectual francesa até o reconhecimento mais recente de que a palavra gênero tornou-se a forma socialmente difundida para tratar das diferenças sociais entre homens e mulheres. Ele foi proposto por pesquisadoras ligadas à sociologia do trabalho, que tomaram de empréstimo à tradição marxista a formulação de relações sociais de produção. Nesse conceito central de Marx, assinala-se que as formas com que o trabalho é realizado e aquelas com que a riqueza é produzida não são formas naturais; elas derivam de relações sociais de poder. Relações sociais de sexo, portanto, referem-se ao modo como se estruturam socialmente os vínculos entre os sexos em uma dada sociedade.

Christine Delphy e Daniele Kergoat elaboraram os temas da divisão sexual do trabalho doméstico. Trata-se de uma teoria que sustenta que os homens e os maridos exploram suas esposas e companheiras ao se beneficiarem de um trabalho doméstico gratuito. De fato, não são apenas os homens próximos, mas a sociedade como um todo que, ao não reconhecer os custos dos cuidados com a reposição das condições de vida no lar, o cuidado com crianças e idosos, lança sobre as mulheres e não sobre os homens tais compromissos. Uma sociedade que busca a equidade de gênero deve contar com aparelhos coletivos que tornem tais tarefas socializáveis e não apenas encargos das mulheres.

mediterrânea (Pitt-Rivers, 1971; 1977; Peristiany, 1971), e diz respeito a um traço valorativo organizador da sociedade, caracterizado pelo complexo simbólico “honra-vergonha”.¹ Honra é definida nesses estudos antropológicos como

O sentimento de honra inspira um estilo de conduta máscula e idônea, reconhecida socialmente como reputação.

o valor que uma pessoa tem aos seus próprios olhos, mas também aos olhos da sociedade. É a sua apreciação de quanto vale a sua pretensão de orgulho, mas é também o reconhecimento dessa pretensão, a admissão pela sociedade de sua excelência, do seu direito ao orgulho (Pitt-Rivers, 1971: 13).

Este imperativo social que coloca para os homens o domínio do público (rua) e para a mulher o âmbito doméstico (casa) implica a “assexualização” da mulher. A esta cabe o contrário: sua honra está definida a partir da não-experimentação erótica e sexual com diversas pessoas e da não-divulgação destes eventos, caso eles aconteçam.

O sentimento de honra inspira um estilo de conduta máscula e idônea, reconhecida socialmente como reputação .

Em nossa sociedade, é frequente a associação da honra masculina com o número de mulheres que um homem consiga seduzir. Quanto maior a quantidade de casos amorosos e encontros eróticos, maior seu prestígio de “macho”. Ser macho, de acordo com este pensamento, aumenta o capital simbólico de seu portador perante os olhos da sociedade. Este imperativo social que coloca para os homens o domínio do público (rua) e para a mulher o âmbito doméstico (casa) implica a “assexualização” da mulher.

1. Chama-se de Mediterrâneo por fazer alusão a certos traços culturais de cunho moral e de organização do parentesco, comuns a certas regiões da Europa e mesmo do norte africano. Para a formação da identidade na América Latina, Espanha e Portugal, são referências fundamentais (Heilborn, 1991).

A esta cabe o contrário: sua honra está definida a partir da não-experimentação erótica e sexual com diversas pessoas e da não-divulgação destes eventos, caso eles aconteçam.

Assim, do ponto de vista do código de gênero, o complexo honra-vergonha tematiza os signos masculino e feminino. Em termos estruturais, o prestígio masculino, portanto, o núcleo de sua identidade, consubstancia-se na noção de honra, passível de ameaça a partir da conduta moral da parentela feminina. A relação entre homens, no sentido da afirmação da virilidade, implica um constante teste da capacidade de controle e, simultaneamente, da transgressão da honra (alheia). Tal configuração cultural promove um sistema de relações com alto grau de tensão e ruptura e ainda a emergência de violência, em particular contra as mulheres (Aragão, 1983). Em nome da honra masculina, mulheres são vítimas de ameaças, insultos, xingamentos, humilhações, chegando ao extremo dos assassinatos que se estampam nas manchetes de jornais e revistas. A diferença entre estas e outras formas de violência está no fato de a agressão se pautar no machismo presente nas sociedades que, de certo modo, “autorizam” a agressão à mulher e ao feminino.

Cabe refletir também sobre a agressão sofrida por “homens efeminados” e travestis, tendo como referência a dupla simbólica penetrador/penetrado, num imaginário em que aquele que penetra (ativo) é interpretado como superior ao penetrado (passivo), conservando o ideal de submissão feminina. No interior dos preconceitos relativos à homossexualidade, há maior estigma quanto àqueles cuja subjetividade de gênero se aproxima do feminino. Assim, os “homens efeminados” e as travestis são vistos como mais desonrados, porque associados à passividade sexual feminina (embora na prática as disposições não sejam estanques) e porque transgridem o paradigma de gênero hegemônico, o masculino.

os “homens efeminados” e as travestis são vistos como mais desonrados, porque associados à passividade sexual feminina (embora na prática as disposições não sejam estanques) e porque transgridem o paradigma de gênero hegemônico, o masculino.

Por tal motivo, também é comum escutar que um homem que faz sexo com outro homem não é “veado” se for ele o penetrador. Em alguns contextos, para um rapaz de aparência máscula, penetrar “veados” ou travestis pode ser inclusive uma maneira de reafirmar sua masculinidade.

DIFERENÇAS DE GÊNERO NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA VIDA PÚBLICA

QUAL A INTERFERÊNCIA DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO DOMÉSTICO NA VIDA PÚBLICA?
QUAIS OS INDICADORES DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA SOCIEDADE?
COMO AS POLÍTICAS PÚBLICAS PODEM ATENUAR OS EFEITOS DAS HIERARQUIAS DE GÊNERO?

Ao colocarmos o “embate entre natureza e cultura” na Unidade 1, nós nos referimos a como, desde pequenos/as, por meio dos brinquedos e das brincadeiras, somos ensinados/as sobre a forma de ocupação dos espaços privados e públicos. As bonecas e as miniaturas de utensílios domésticos vão ensinando/determinando o que se espera de uma menina (em casa e fora dela), ao mesmo passo que os brinquedos de locomoção (bicicleta, carrinhos, skate e outros) e de luta servem como trampolim para que meninos se sintam fortalecidos a sair de casa e a ocupar seus espaços na vida pública. Cada um, cada uma vai aprendendo desde cedo o que fica bem para uma menina e para um menino e quais atitudes e comportamentos devem ser reprimidos em ambos.

A oposição “rua x casa” é particularmente interessante para percebermos como os gêneros masculino e feminino estão associados a cada uma destas instâncias, conformando a divisão entre o mundo da produção (masculino) e o da reprodução (feminino).

Neste texto, examinaremos como a questão de gênero é usada para determinar a organização social do espaço público e privado e como configura o mundo que nos cerca. A oposição “rua x casa” é particularmente interessante para percebermos como os gêneros masculino e feminino estão associados a cada uma destas instâncias, conformando a divisão entre o mundo da produção (masculino) e o da reprodução (feminino).

Tal como o conceito sociológico de classe social, que distingue diferentes inserções conforme as condições materiais de existência de cada um/a, o conceito de gênero também nos ajuda a compreender o modo de organização da vida social, tanto no espaço público quanto na esfera privada.

Historicamente, o espaço público era restrito aos homens como cidadãos, tendo sido as mulheres dele excluídas durante muitos séculos, confinadas no mundo doméstico. Em todas as sociedades há uma divisão do trabalho entre homens e mulheres que permite que as tarefas necessárias à produção e à reprodução sejam cumpridas. Chamamos isto de “**divisão sexual do trabalho**”.

Certamente não existe um único modelo para a divisão sexual do trabalho, porém o que se observa é que, a despeito de diferenças culturais no modo como as distintas sociedades humanas se organizam, as mulheres estão sempre mais voltadas ao cuidado dos/as filhos/as e ao trabalho doméstico, como consequência natural da reprodução ocorrer em seus corpos. Já os homens geralmente estão mais voltados às atividades relativas à produ-

a despeito de diferenças culturais no modo como as distintas sociedades humanas se organizam, as mulheres estão sempre mais voltadas ao cuidado dos/as filhos/as e ao trabalho doméstico, como consequência natural da reprodução ocorrer em seus corpos. (...)mudanças societárias modificaram o perfil das relações entre os sexos.

ção de bens e serviços, fundamentalmente no espaço público, as quais lhe conferem rendimentos para o sustento da prole. Essa tradicional divisão do trabalho entre os sexos tem sido, contudo, duramente criticada e já apresenta sinais de mudanças. Podemos perceber isto através da análise das transformações ocorridas em três setores, antes eminentemente masculinos: o mercado de trabalho, a escolaridade e a participação política. A crescente participação feminina nas atividades econômicas e o maior aumento da escolaridade, quando comparado ao dos homens, atestam que mudanças societárias modificaram o perfil das relações entre os sexos.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL FEMININA: INDICADOR PRECISO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO

À primeira vista, pode parecer que as escolhas ou os modos de inserção em diferentes espaços da sociedade sejam reflexo exclusivo de preferências naturais, aptidões natas, capacidades e desempenhos distintos entre homens e mulheres, entre negros/as e brancos/as. No que se refere às relações de gênero, as **assimetrias de gênero** são essenciais para a análise da distribuição de homens e mulheres nos diferentes espaços da sociedade. Ao questionar as posições inferiores e menos valorizadas que as mulheres ocupavam, o movimento feminista expôs as desigualdades de gênero nos seguintes espaços da sociedade:

(...) o modo de compreender o que é específico de cada disciplina foi associado ao que se entende como característica de cada gênero. Isto faz com que as mulheres estejam pouco representadas na física e em outras ciências ditas “mais complexas”, não porque sejam disciplinas “mais difíceis”, mas pelas imagens que as associam ao masculino.

a) Na produção de conhecimentos científicos:

O gênero tem servido para classificar as aptidões de homens e mulheres em diferentes áreas científicas. A física, por exemplo, foi considerada uma disciplina mais apropriada para ser exercida pelos homens por ser imparcial, mais racional, abstrata, por exigir aptidão analítica e um trabalho árduo e longo, enquanto as ciências humanas, que se dedicam ao estudo das pessoas, e mais próximas das preocupações do cotidiano, foram consideradas mais adequadas às mulheres. Observa-se que o modo de compreender o que é específico de cada disciplina foi associado ao que se entende como característica de cada gênero. Isto faz com que as mulheres estejam pouco representadas na física e em outras ciências ditas “mais complexas” (o termo é traduzido de hard sciences, da discussão epistemológica norte-americana e europeia), não porque sejam disciplinas “mais difíceis”, mas pelas imagens que as associam ao masculino. Também a matemática sempre foi vista como incompatível com as mulheres. Geralmente, o prestígio de uma ciência depende de seu grau de “matematização” e, quanto mais matemática for exigida para um dado emprego, maior a remuneração e menor a taxa de participação das mulheres.

Esta perspectiva foi diversas vezes legitimada por teorias biológicas da **LATERALIZAÇÃO CEREBRAL** ou da genética. Entretanto, poucos esforços foram feitos para se estudarem as diferenças de gênero em relação a outras importantes variáveis, tais como etnia, cultura e classe. Historicamente, portanto, o gênero foi um organizador silencioso de teorias e práticas científicas, estabelecendo prioridades e determinando resultados. A noção das fêmeas como naturalmente subordinadas

LATERALIZAÇÃO CEREBRAL

Alguns estudos e pesquisas indicam que a mulher usa de forma natural e espontânea muito mais o lado direito do cérebro do que o homem. Isto resulta em maior capacidade de comunicação e talvez explique por que mulheres consigam se comunicar e se expressar melhor que os homens, e usem informações de maneira múltipla. Assim se explica a capacidade da mulher de desenvolver múltiplas ações: “ao mesmo tempo em que atende o telefone, observa um quadro que está na parede, pensa na comida que está no microondas e responde a uma pergunta do filho que está na sala”. Por outro lado, homens são unidirecionais na maioria dos casos. Se estiverem “assistindo a um jogo, lendo um livro ou no computador, esqueçam!” Para saber mais, leia sobre “Lateralização Cerebral em <http://frankherles.wordpress.com/2007/11/05/lateralizacao-cerebral/> Acesso em 20/03/2010.

conformou-se com a perspectiva política da posição social inferior da mulher. **A FALA DE UMA MÉDICA** no topo de sua profissão poderia ser estendida a outras áreas: “Tenho que ser duas vezes mais competente e trabalhar três vezes mais duramente para conseguir três quartos da remuneração e metade do crédito dos homens” (Schiebinger, 2001: 312).

b) No mercado de trabalho:

No Brasil, décadas passadas, o mercado de trabalho era um espaço de hegemonia masculina. Até a metade do século XX, as mulheres não tinham o horizonte da carreira profissional ou a participação na vida pública como metas preponderantes, não tendo participação significativa na população economicamente ativa. Hoje, a presença das mulheres no mercado de trabalho é expressiva, o que contribui para desvelar as desigualdades e as discriminações se comparadas aos homens, seja no espaço público, seja no espaço privado. Na próxima

unidade, traremos vários dados a este respeito. Aqui chamamos a atenção para o fato de um contingente expressivo de mulheres estar representado pelas principais provedoras de suas famílias, em contextos nos quais os maridos perderam seus postos no mercado formal de trabalho e, ainda assim, não serem reconhecidas.

É recente na legislação civil o reconhecimento das mulheres como “pessoa de referência da família”, designação antes reservada somente aos homens, vistos como “o chefe da família”.

É recente na legislação civil o reconhecimento das mulheres como “pessoa de referência da família”, designação antes reservada somente aos homens, vistos como “o chefe da família”. Desde que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incorporou o quesito “pessoa de referência” nos censos, foi possível demonstrar a crescente participação das **MULHERES NO PROVIMENTO DA FAMÍLIA**; atualmente esse percentual é de cerca de 30%.

A FALA DE UMA MÉDICA. MULHERES NA MEDICINA

Na Inglaterra da segunda metade do século XIX, as feministas, que se organizavam em torno da luta pelo direito ao voto, viam a entrada da mulher na medicina como uma necessidade, por duas razões: a primeira é que as médicas poderiam trazer mais conforto e segurança para as pacientes, livrando-as dos abusos cometidos pelos médicos homens; a segunda, e mais importante razão, era que as médicas poderiam ajudar a reconstruir as noções de feminilidade e masculinidade com base no estudo da biologia e da fisiologia. Elas teriam condições de dar uma legitimidade científica à redefinição da identidade da mulher e justificar sua inclusão política (Kent, 1990 apud Rohden, 2001).

MULHERES NO PROVIMENTO DA FAMÍLIA. TÍTULO DE PROPRIEDADE

No Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o item VII refere-se ao direito a terra, à moradia digna e à infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais. São objetivos gerais: I. Promover o direito das mulheres à vida com qualidade na cidade, no meio rural e nas comunidades tradicionais, respeitando suas especificidades e garantindo o acesso a bens, equipamentos e serviços públicos; II. Promover os direitos das mulheres no acesso a terra, à reforma agrária e ao desenvolvimento rural sustentável, com atenção especial aos territórios contemplados no programa “Territórios da Cidadania”. São objetivos específicos:

- I. Promover o acesso das mulheres à moradia digna, construída em local apropriado, saudável e seguro, titulada, com qualidade de condições materiais e técnicas construtivas, dotada de energia elétrica convencional ou alternativa, infraestrutura e acesso a bens, serviços públicos e equipamentos sociais;
- II. Garantir o acesso igualitário das mulheres a terra, por meio de inscrição, cadastro e titulação de assentamentos da reforma agrária, bem como orientação jurídica e capacitação sobre os direitos das mulheres assentadas;
- III. Promover o reconhecimento econômico das mulheres nos assentamentos, estimulando sua participação na gestão e no acesso à assistência técnica, ao crédito e à comercialização;
- IV. Articular os programas habitacionais nas periferias dos grandes centros urbanos ou grupamentos municipais nos territórios rurais com os programas de eficiência energética e de conservação de energia.

São prioridades:

- Ampliar o acesso a terra nas áreas urbanas e à moradia com infraestrutura social adequada;
- Ampliar o conhecimento sobre as normas referentes ao direito de acesso a terra para as mulheres nos assentamentos de reforma agrária;
- Ampliar e qualificar o acesso à assessoria técnica socioambiental, ao crédito especial e à agroindustrialização para assentadas da reforma agrária;
- Promover o acesso igualitário das mulheres ao Programa Crédito Fundiário.

Metas:

- Capacitar servidores/as sobre gênero, reforma agrária e desenvolvimento rural em 100% das Superintendências Regionais do Inkra;
- Avaliar o impacto sobre a vida das mulheres em 100% dos projetos de habitação, saneamento e infraestrutura do PAC.

A possibilidade de as mulheres trabalhadoras urbanas e rurais terem o direito de acesso ao título de proprietárias de terra e de imóveis é muito importante. No caso das trabalhadoras rurais, há o fato de que seus companheiros costumavam migrar para grandes centros urbanos à procura de trabalho e não voltavam para os estados de origem, deixando-as sós, cultivando a terra e assumindo a responsabilidade do sustento da família. No entanto, elas não tinham a chance de serem reconhecidas como donas daquela propriedade, nem mesmo de transferirem a posse da terra para os filhos.

As mulheres, desde meninas, educadas para cuidar dos outros (filhos, marido, parentes idosos), acabam por abraçar carreiras tidas como femininas: professoras, enfermeiras, assistentes sociais, psicólogas, empregadas domésticas etc. Não só é comum que elas escolham carreiras no campo do ensino ou da prestação de serviços sociais ou de saúde, como se supõe que tais atividades sejam uma extensão, no espaço público, das tradicionais atividades que elas já desenvolvem no ambiente doméstico. Esta escolha é construída pela ***socialização diferencial de gênero***.

Mesmo entre carreiras de prestígio social, como a medicina, as especialidades que se feminizaram – a exemplo da pediatria – terminam sendo mais mal remuneradas se comparadas a outras especialidades cujo contingente masculino é mais expressivo, como a ortopedia ou a neurologia (Silva, 1998).

O processo de escolarização pode reforçar a associação frequente entre o gênero feminino e determinadas ocupações. Este vínculo leva a uma desvalorização social de certas profissões, por elas serem consideradas de menor competência técnica ou científica. Mesmo entre carreiras de prestígio social, como a medicina, as especialidades que se feminizaram – a exemplo da pediatria – terminam sendo mais mal remuneradas se comparadas a outras especialidades cujo contingente masculino é mais expressivo, como a ortopedia ou a neurologia (Silva, 1998). Se incluirmos nesta análise as relações raciais, teremos um quadro ainda mais agravado, como veremos na próxima unidade ao analisarmos os salários médios de brancos/as e negros/as e entre mulheres brancas e mulheres negras. Veremos que as mulheres negras estão submetidas

às piores condições. A reivindicação por salários equiparados, como forma de assegurar o cumprimento de direitos trabalhistas e a igualdade de gênero e étnico-racial no mercado de trabalho, é uma constante nos movimentos sociais, pautados nas **LEGISLAÇÕES NACIONAIS E NAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS**, das quais o Brasil é signatário.

c) No espaço escolar:

Há algumas décadas, a prioridade para a dedicação aos estudos era um privilégio dos filhos homens, não estendido às filhas mulheres. Somente no final de 1870 o governo brasileiro abriu as instituições de ensino superior para a entrada das mulheres. Em 1887, formou-se a primeira médica no Brasil, **RITA LOBATO VELHO LOPES**. Em 2006, a ministra **ELLEN GRACIE** foi a primeira mulher a ser incorporada ao Supremo Tribunal Federal, ocupando a presidência desta instituição pelo período de dois anos.

LEGISLAÇÕES NACIONAIS E NAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS. CONVENÇÕES CONTRA DISCRIMINAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

As Convenções 100 e 111, ratificadas pelo Brasil, referem-se, respectivamente, à igual remuneração para homens e mulheres no exercício de atividades iguais, e à não-discriminação no trabalho baseada em cor/raça, sexo, religião, opinião política, ascendência ou origem social, determinando medidas efetivas para evitar discriminações e promover a igualdade de oportunidade. Acesse a íntegra das convenções em <http://www.oitbrasil.org.br/info/downloadfile.php?fileId=356>. Acesso em 26/03/2010.

ELLEN GRACIE NORTHFLEET

nasceu no Rio de Janeiro em 1948, jurista brasileira, inicialmente procuradora e depois desembargadora, foi em 2000 a primeira ministra mulher do Supremo Tribunal Federal, exercendo a presidência do Supremo em 2006 e 2007.

RITA LOBATO VELHO LOPES (1866-1954)

foi primeira médica no Brasil, formada na Faculdade de Medicina de Salvador, Bahia. Sua tese foi sobre A operação cesariana. Trabalhou em Porto Alegre e Rio Pardo. Foi veiculadora até a implantação do Estado Novo.

Esta inserção advém, entre outros fatores, da crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, da exigência de melhoria de sua qualificação profissional e consequente aspiração por melhores salários.

O ingresso das mulheres na escola tem crescido significativamente, hoje ultrapassando o contingente masculino. Esta inserção advém, entre outros fatores, da crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, da exigência de melhoria de sua qualificação profissional e consequente aspiração por melhores salários. No entanto, este investimento ainda não se reverteu em igualdade salarial com os homens. Em alguns setores apenas se reduziu o nível de desigualdade, em outros, esta se intensificou. Quando consideramos as mulheres negras, os dados são ainda mais impressionantes.

QUANTO MAIOR A ESCOLARIZAÇÃO, MAIOR A DIFERENÇA SALARIAL entre estas e os homens, mas também entre as próprias mulheres, estando as brancas em posição de maior vantagem. Esta situação demonstra como a segregação social combina elementos étnico-raciais e de gênero.

d) Na organização da vida política:

No Brasil, as mulheres só tiveram acesso ao voto em 1932, por incansável militância do movimento sufragista feminino, nas primeiras décadas do século XX, liderado pela bióloga paulista **BERTHA LUTZ**. As primeiras mulheres foram eleitas para o Parlamento em 1933.

QUANTO MAIOR A ESCOLARIZAÇÃO, MAIOR A DIFERENÇA SALARIAL. ESCOLARIDADE

Segundo a Fundação Carlos Chagas, o nível de escolaridade da população brasileira tem se elevado continuamente através dos anos. No final da primeira década do milênio há um aumento significativo do nível de instrução da população, principalmente das mulheres, 39% das quais passam a ter mais de nove anos de estudo, em comparação a 35% dos homens. Esta tendência de as mulheres terem um nível mais alto de escolaridade veio do século passado e é importante na inserção das mulheres no mercado de trabalho. Em 2007, as mulheres são mais da metade entre os que têm de 9 a 11 anos de estudo e 57% entre os que têm mais de 12 anos de estudo. No mercado de trabalho, quanto aos melhores empregos, exigem-se maiores níveis de escolaridade para as mulheres do que para os homens. Mesmo contando com credenciais superiores, as mulheres ganham menos que os homens. Na questão salarial, homens brancos ganham mais que homens negros e mulheres brancas e negras. Mulheres brancas ganham mais que homens e mulheres negras. Para aprofundar o tema, ver www.fcc.org.br

a necessidade de igualdade de oportunidades sociais para participar ativamente da vida pública impôs-se como um direito inalienável das mulheres.

De lá pra cá, a necessidade de igualdade de oportunidades sociais para participar ativamente da vida pública impôs-se como um direito inalienável das mulheres. Discute-se há alguns anos, no interior dos partidos políticos e na sociedade mais ampla, a proposta de cotas para mulheres no intuito de garantir certa representatividade política feminina no Poder Legislativo e no Executivo. A Lei de Cotas 9504/97, que institui 30% de cotas para candidatas mulheres, ainda encontra muitas resistências, como veremos ao analisar na próxima unidade as tabelas com a representação feminina nos diferentes poderes.

Há uma tendência à baixa representatividade e à desproporção na representação parlamentar das mulheres, o que não é exclusividade do Brasil. Repete-se em todos os países, conforme dados da pesquisa feita em 2006 pela União Interparlamentar – UIP, organização de fomento à cooperação entre as câmaras nacionais de mais de 140 países. A partir desta análise, nota-se que o número de deputadas no Brasil é baixo. Numa avaliação que

BERTHA LUTZ (1894-1976)

foi uma das figuras pioneiras do feminismo brasileiro. Zoóloga, foi se especializar na Sorbonne, em Paris, onde conheceu movimentos feministas europeus e norte-americanos. A partir daí, criou as bases para o feminismo brasileiro. Em 1922 fundou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, após ter representado o Brasil na assembleia geral da Liga das Mulheres Eleitoras, realizada nos Estados Unidos, onde foi eleita vice-presidente da Sociedade Panamericana. Foi eleita suplente para deputado/a federal em 1934, após fracassar em duas eleições. Em 1936 assumiu o mandato. As principais bandeiras de luta eram mudanças na legislação trabalhista em relação ao trabalho feminino e infantil, e a igualdade salarial. Perdeu o mandato com o Estado Novo em 1937.

O número de deputadas no Brasil é baixo. Numa avaliação que incluiu 187 países, o Brasil, no ano 2002, esteve na 107ª colocação no ranking sobre a participação de mulheres nas câmaras de deputados/as.

incluiu 187 países, o Brasil, no ano 2002, esteve na 107ª colocação no ranking sobre a participação de mulheres nas câmaras de deputados/as. Ruanda, na África, aparece em primeiro lugar, com 48%. A média brasileira, 8,8%, é pouco superior à de países árabes, que têm 6,8% de mulheres nos parlamentos. Os Estados Unidos também ficaram abaixo da média mundial de 16,6% de mulheres na composição da Câmara dos Representantes, com apenas 15,2%.

Naquele momento, o Brasil, entre os países sul-americanos, ocupou a pior colocação na lista, atrás de Argentina (9), Guiana (17), Suriname (26), Peru (55), Venezuela (59), Bolívia (63), Equador (66), Chile (70), Colômbia (86), Uruguai (92) e Paraguai (99). A UIP nota a melhora no desempenho de alguns países sul-americanos depois da introdução de políticas de cotas mínimas para candidatas, como aconteceu na Argentina, na Bolívia e na Venezuela. No Brasil, o modo de se aplicar uma regra de 30% das candidaturas não respeita o teto de 100% das vagas. Desse modo, os partidos diminuem as chances das mulheres de serem eleitas, isto é, preservam os privilégios masculinos¹.

A UIP nota a melhora no desempenho de alguns países sul-americanos depois da introdução de políticas de cotas mínimas para candidatas.

uma persistente hierarquia de gênero organiza as relações sociais no espaço público, destinando lugares, postos, posições de prestígio, funções específicas, direitos e deveres a cada sexo.

Com os dados apresentados sobre a participação das mulheres na produção de conhecimento científico, na educação, no mercado de trabalho, na vida política, na propriedade etc., queremos demonstrar que uma persistente hierarquia de gênero organiza as relações sociais no espaço público, destinando lugares, postos, posições de prestígio, funções específicas, direitos e deveres a cada sexo. A análise aqui iniciada, e que será aprofundada durante todo este curso, pretende oferecer subsídios para que se abandone a avaliação ingênua de que a participação de homens e mulheres na vida pública seja aleatória, fruto de desejos pessoais ou resultante de aptidões ou habilidades naturais a cada sexo. Somos socialmente educados e educadas para nos interessarmos mais ou menos por política, economia, leis, quer sejamos homens ou mulheres. A via de acesso à cidadania passa por lutas e conquistas normativas e jurídicas.

1.

Fonte: Jornal O Globo, editoria O País, 02 de março de 2006.

GLOSSÁRIO

Assimetrias de gênero – Há uma disparidade entre o poder dos homens e o poder das mulheres na sociedade. Os homens estão numa posição dominante enquanto as mulheres estão numa posição subalterna. Esta assimetria de gênero (masculino e feminino) é reforçada por estereótipos e preconceitos e reproduzida em nossa sociedade.

Divisão sexual do trabalho - Para uma história da análise sobre a divisão sexual do trabalho doméstico, ver os artigos: HIRATA, Helena & KERGOAT, Danièle. Novas configurações da Divisão Sexual do Trabalho. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, v. 37, n. 132:595-609, set.-dez. 2007; BRUSCHINI, Cristina. Trabalho Doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado. In: ARAÚJO, Clara; PICANÇO, Felícia & SCALON, Celi. Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada. São Paulo: Edusc, 2008. Consultar ainda na página do CLAM www.clam.org.br a entrevista do sociólogo sueco Göran Therborn sobre “Relações de poder entre os sexos”.

Socialização diferencial de gênero – O primeiro processo de socialização de crianças e jovens acontece no contexto familiar. Ao observar, estudar e pesquisar as famílias, percebe-se que há uma socialização diferencial em função do gênero dos filhos e das filhas, desde seu nascimento, com uma grande carga de estereótipos. Há variadas expectativas quanto ao futuro das filhas e dos filhos, passando pela oferta de diferentes brinquedos, desigual distribuição de tarefas domésticas, mensagens diversas acerca da sexualidade. Esse diferencial prolonga-se na escola e em outros contextos socializantes.

GÊNERO E REPRODUÇÃO

AS MULHERES SÓ SE REALIZAM QUANDO SÃO MÃES?

A REPRODUÇÃO É O QUE DÁ SENTIDO À SEXUALIDADE FEMININA? GESTAR, CUIDAR DOS/AS FILHOS/AS E DA CASA FAZEM PARTE DO DESTINO BIOLÓGICO DAS MULHERES?

QUAL O PESO DA REPRODUÇÃO NAS DESIGUALDADES DE GÊNERO?

As interrogações ao final destas frases há décadas atrás eram impensadas. Afirmativas, tinham um tom de impositivas. A reprodução aparecia, assim, como natural, como obrigação. Como abordamos na unidade anterior, os direitos sexuais fazem parte de história recente.

Várias linhas interpretativas sobre as relações de gênero explicam estar na apropriação da fecundidade feminina pelo sexo masculino a origem da desigualdade entre os gêneros em diversas sociedades.

Tem sido salientado por ampla literatura que é no trabalho reprodutivo que a diferença se instala. Várias linhas interpretativas sobre as relações de gênero explicam estar na apropriação da fecundidade feminina

pelo sexo masculino a origem da desigualdade entre os gêneros em diversas sociedades (Barbieri, 1991). **AS MULHERES TÊM TIDO UM PAPEL SIGNIFICATIVO NA ATIVIDADE PROCRIATIVA** até o atual momento, embora os avanços da tecnologia genética possam no futuro alterar esse quadro. Considerando o panorama atual, ocorre que a distribuição das tarefas entre os sexos é, em muitos sistemas culturais, entendida como uma espécie de extensão das diferenças anatômicas (procriativas) entre os sexos. Parece "natural" que caiba ao sexo feminino uma série de tarefas associadas ao papel que a mulher ocupa no processo reprodutivo. O cuidado com a prole é sempre destinado às mulheres, mas este se situa para além do papel propriamente reprodutivo. Assim, recebe uma carga simbólica de atributo pré-social da condição feminina.

AS MULHERES TÊM TIDO UM PAPEL SIGNIFICATIVO NA ATIVIDADE PROCRIATIVA. DIRETOS REPRODUTIVOS E O MITO DA MATERNIDADE

Segundo Flavia Piovesan, professora doutora da PUC/SP nas disciplinas de Direito Constitucional e Direitos Humanos, professora de Direitos Humanos do Programa de Pós-Graduação da PUC/SP e da PUC/PR, só em 1994, na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, os direitos sexuais e reprodutivos foram reconhecidos como direitos humanos. É reconhecido que mulheres e homens têm a liberdade, a privacidade e a autonomia para decidir se e quando desejam reproduzir-se. O Estado deve garantir políticas públicas que assegurem a saúde sexual e reprodutiva, o direito ao acesso a informações, a meios e a recursos seguros, disponíveis e acessíveis, ao progresso científico e à educação sexual. A luta, que culminou na Conferência, começou a partir da década de 1960, quando o movimento feminista pela saúde da mulher, contando com a participação de cientistas sociais, historiadoras, juristas, profissionais de saúde e outras militantes, passou a contestar a noção do destino biológico reprodutor das mulheres e a analisar o contexto histórico da construção do lugar da mulher na sociedade. Um bom exemplo disto é o livro *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, escrito pela historiadora francesa Elisabeth Badinter (1985), no qual ela demonstra que o “instinto materno” é uma construção histórica promovida pelos reformadores sociais ligados à higiene no século XVIII. Anteriormente, as mulheres da nobreza enviavam os bebês recém-nascidos para o campo para serem amamentados. Ver ainda sobre este tema o livro de Philippe Ariés (1978).

As mulheres estariam, portanto, ideologicamente representadas como mais imersas na natureza do que os homens. Entretanto, o constrangimento que a biologia exerce sobre a organização social na designação de condutas dos dois sexos é bastante débil. Esquece-se que na vida social lidamos sempre com formas institucionais – portanto, arbitrárias e mutáveis – de arranjo das relações entre seres humanos. Fortalece-se o vício de "conceber instituições estáveis da sociedade como formas 'naturais' de organização da vida coletiva" (Durham, 1983:15) – vida coletiva que nas sociedades contemporâneas estão organizadas por critérios de diferenciação de gênero, que importam em **EXPERIÊNCIAS SOCIAIS MUITO DIVERSIFICADAS PARA HOMENS E MULHERES**, marcadas por relações de poder. Esta diferença faz interseção com outras de igual importância, como a de classe, raça, origem regional, religião, orientação sexual, entre outras, conforme conceituamos e exemplificamos desde a introdução deste curso. Ao falarmos de **interseccionalidade**, chamamos a atenção para as marcas das (des)classificações produzidas pela sociedade na vida das pessoas, marcas estas que muitas vezes determinam os eventos de sua trajetória existencial.

Parece “natural” que caiba ao sexo feminino uma série de tarefas associadas ao papel que a mulher ocupa no processo reprodutivo. O cuidado com a prole é sempre destinado às mulheres, mas este se situa para além do papel propriamente reprodutivo.

EXPERIÊNCIAS SOCIAIS MUITO DIVERSIFICADAS PARA HOMENS E MULHERES, MARCADAS POR RELAÇÕES DE PODER. A VISÃO DA MULHER NAS CIÊNCIAS

A subordinação da mulher aos ditames religiosos e científicos é antiga. Conforme análise da estudiosa Londa Schiebinger, que ajuda a entender as repercussões do movimento feminista e dos estudos de gênero na produção de conhecimentos científicos, desde o Iluminismo a ciência prometeu uma perspectiva “neutra” e privilegiada, acima dos interesses políticos e religiosos. Buscava-se produzir um conhecimento objetivo e universal que transcendesse às restrições culturais. Entretanto, a ciência não se mostrou neutra em questões de gênero e de raça. As desigualdades efetivamente vividas nessas relações influenciaram o conhecimento produzido nas instituições científicas.

Na biologia e na medicina, o conhecimento sobre a saúde e o corpo da mulher pautou-se no seu aspecto físico, moral e de diferenciação entre os sexos, na tentativa de enfatizar a posição subordinada das mulheres na sociedade. Aristóteles (384-322 a.C.), filósofo grego, em sua obra Política, afirmava que “As mulheres são limitadas por natureza. [...] A mulher é como se fosse um macho estéril. [...] No que respeita aos animais, o macho é por natureza superior e dominador e a fêmea, inferior e dominada. E o mesmo deve necessariamente aplicar-se ao mundo humano”. Em Geração de Animais, diz que “A coragem do homem revela-se no comando, e a da mulher, na obediência”.

Em sua obra A Origem do Homem e a Seleção Sexual (1859), Charles Darwin (1809-1882) afirma que “A distinção principal nos poderes mentais dos dois sexos reside no fato de que o homem chega antes que a mulher em toda ação que empreenda, requeira ela um pensamento profundo ou então razão, imaginação, ou simplesmente o uso das mãos e dos sentidos. [...] podemos também concluir que, se em muitas disciplinas os homens são decididamente superiores às mulheres, o poder mental médio do homem é superior”.

Tais noções serviram como fundamento das perspectivas ocidentais sobre diferença sexual: a força física e intelectual enaltecia o homem, e a maternidade, a mulher. Esta dicotomia conduzia consequente desvalorização e negação do poder feminino de gerar, ao mesmo tempo em que demonstrava a preocupação masculina em controlar a reprodução.

Cf. ROHDEN, Fabíola. A construção da diferença sexual na medicina. Review, Cadernos de Saúde Pública, 19, Sup. 2: S201-S212, Rio de Janeiro, 2003.

GLOSSÁRIO

Interseccionalidade – encontro entre dois pontos, duas linhas que se cortam ou se cruzam. Kimberle Crenshaw, professora de direito da Universidade da Califórnia e da Universidade de Colúmbia, desenvolve o conceito de interseccionalidade entre desigualdades de gênero e raça, visando incluir questões raciais nos debates de gênero e vice-versa. Além dessas desigualdades podem se acoplar outras desigualdades, como de classe, de geração, de orientação sexual, de territorialidade. É na interseção, cruzamento e coexistência das discriminações, que as desigualdades se potencializam. Segundo a autora, esta ação “resulta num conjunto indivisível de perversidades e violações de direitos, fruto da interatividade entre eles” (Cf. Werneck, Jurema. Inclusão Racial e de gênero: desafio ou pressuposto da política pública? ABONG, 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Cadernos Abong, nº 34: 17, São Paulo, maio de 2005).

CORPO E COMPORTAMENTO

As convenções de gênero variam segundo a cultura, a classe social e o momento histórico. Naquilo que chamamos de cultura ocidental moderna, a diferença sexual é entendida como suporte primordial e imutável da identidade de gênero. Segundo este ponto de vista, as distinções anatômicas dos corpos humanos expressariam uma grande linha divisória que separaria homens e mulheres, concebidos, nestes termos, como sujeitos fundamentalmente diferentes e, assim, destinados a ter e a desenvolver emoções, atitudes, condutas e vocações distintas. Desta forma, a decisão de alguém de romper com essa suposta determinação do sexo biológico, empreendendo uma transição do masculino ao feminino ou vice-versa, pode causar escândalo e gerar violência e perseguição.

a decisão de alguém de romper com essa suposta determinação do sexo biológico, empreendendo uma transição do masculino ao feminino ou vice-versa, pode causar escândalo e gerar violência e perseguição.

O historiador Thomas Laqueur (2001) argumenta que as transformações políticas, econômicas e culturais ocorridas no Ocidente, no século XVIII, criaram o contexto para que se estabelecesse uma nova visão sobre os sexos, compreendendo-os como totalmente distintos. Segundo Laqueur, o ponto de vista que predominava até então concebia os corpos masculino e feminino como versões hierárquicas, mas complementares,

de um único sexo: o corpo feminino era considerado uma forma inferior e invertida do masculino. Os órgãos masculinos eram externos, enquanto a morfologia do feminino os faziam internos. Nessa percepção, que estabelecia uma equivalência de funções dos corpos, o prazer sexual feminino era central para que a reprodução fosse bem-sucedida. Seria no século XIX que essa visão viria a ser substituída por uma nova concepção de modelo reprodutivo, que afirmava a existência de dois corpos marcadamente diferentes e de duas sexualidades opostas, conceitualizando o ciclo reprodutivo da mulher como automático e uma suposta falta de sensação sexual.

Esta distinção acentuada entre homens e mulheres se instituiu como parâmetro da normalidade no que se refere ao gênero, adaptando qualquer ambiguidade corporal e estabelecendo condutas coerentes com o ideal do casal heterossexual reprodutor. Homens "normais" devem se sentir "masculinos", e mulheres "normais" devem se sentir "femininas". Tudo aquilo que foge a esse parâmetro de normalidade tende a ser considerado "desvio", "transtorno", "perturbação". Assim, homens afeminados, mulheres masculinizadas, transformistas, travestis, transexuais e intersexuais são vistos como exemplos de "desviantes" em relação à norma de gênero.

O corpo feminino era considerado uma forma inferior e invertida do masculino. (...) no século XIX, (surge) uma nova concepção de modelo reprodutivo, que afirmava a existência de dois corpos marcadamente diferentes e de duas sexualidades opostas,

Como estudamos na unidade anterior, o modo como homens e mulheres se comportam em sociedade corresponde a um intenso aprendizado sociocultural que nos ensina a agir conforme as prescrições de gênero (Gagnon & Simon, 1973). Há uma expectativa social em relação ao modo como homens e mulheres devem andar, falar, sentar, mostrar o corpo, brincar, dançar, namorar, cuidar

do outro, amar etc. Conforme o gênero, acredita-se que também haja modos específicos de trabalhar, gerenciar outras pessoas, chefiar, ensinar, dirigir carros, gastar dinheiro, ingerir bebidas, dentre outras atividades. Os jeitos de ser e fazer são ensinados/aprendidos desde a infância e reforçados por toda a vida. Na Unidade 3 – Desigualdades de gênero no Brasil, veremos alguns dados de como este modelo opera na prática.

Conforme o gênero, acredita-se que também haja modos específicos de trabalhar, gerenciar outras pessoas, chefiar, ensinar, dirigir carros, gastar dinheiro, ingerir bebidas, dentre outras atividades.

Quantos/as de nós, em algum momento da vida, não se perguntou sobre o porquê de tantas desigualdades entre homens e mulheres, e recebeu como resposta um “sempre foi assim” ou “é assim”!? O fato é que é comum, e não é exclusividade das assimetrias de gênero, que as desigualdades sejam naturalizadas, atribuídas às distintas características que estariam no corpo ou na mente de cada um/a. Essa busca por causas biológicas ou psíquicas para explicar as diferenças entre homens e mulheres, entre masculino e feminino, tem sido recorrente nas ciências biológicas. É frequente encontrar nos jornais e nas revistas explicações científicas baseadas no funcionamento do cérebro ou dos hormônios que poderiam distinguir o comportamento de cada sexo. Tais explicações encobrem o longo processo de socialização que nos tornou humanos/as.

(...) é comum, e não é exclusividade das assimetrias de gênero, que as desigualdades sejam naturalizadas, atribuídas às distintas características que estariam no corpo ou na mente de cada um/a.

As ciências sociais, que estudam a vida coletiva dos grupos humanos, postulam que essas diferenças são socialmente construídas. Isto significa dizer que não existe um padrão universal para comportamentos sexuais ou de gênero que seja considerado normal, certo, superior ou, a priori, o melhor. Somos nós, mulheres e homens, pertencentes a distintas sociedades, diversos tempos históricos e contextos culturais, que estabelecemos modos específicos de classificação e de convivência social. O conceito de gênero é o instrumento analítico que nos ajuda a ter o olhar atento para determinados processos que consolidam diferenças de valor entre o masculino e o feminino, gerando hierarquias.

(...) não existe um padrão universal para comportamentos sexuais ou de gênero que seja considerado normal, certo, superior ou, a priori, o melhor.